



Aldeia Guarani situada na TI Jaraguá,
na capital paulista

ALDEIAS DO JARAGUÁ LUTAM PARA REAVER 500 HECTARES USURPADOS POR TEMER

“O planeta Terra está pedindo socorro e nós estamos pedindo junto”.

Da apresentação do livro *Nhande Mbaraete - Fortalecimento da História Guarani - Terra Indígena Jaraguá* (Trança Edições, 2017)

Amaro Dorneles
Jornalista

Quem em São Paulo não se recorda da ocupação do gabinete da Presidência da República, em plena avenida Paulista, por guerreiros pintados para a guerra, em agosto de 2017? Ou a tomada das torres de transmissão de rádio e televisão no Parque do Jaraguá, no mês seguinte? Movimentos de resistência dos guaranis para reaver a Terra Indígena de 512 hectares ao redor do Pico do Jaraguá, na capital paulista, demarcada pelo governo federal em 2015 e reduzida de repente pelo governo Temer para, atenção!, apenas 1,7 hectare

O conflito pela terra tem como referência geográfica o Pico do Jaraguá, ponto mais alto de São Paulo, com 1.135 metros de altitude, a 20 quilômetros do centro da cidade. Na divisa sobreposta do Parque Estadual do Jaraguá, área protegida de Mata Atlântica, com a Terra Indígena (TI) Jaraguá vivem mais de 700 guaranis, distribuídos nas aldeias Tekoa Pyau e Tekoa Ytu. Nada que lembre as grandes reservas indígenas situadas na selva, no interior do país: essa TI tem apenas 1,7 hectare, conforme definido pela primeira demarcação, de 1987. (Ainda assim, pesa sobre ela um processo judicial de reintegração de posse movido pelo ex-deputado federal Tito Costa.)

A área foi reconhecida pela Funai como TI em abril de 2013, depois de 22 anos de pesquisa e estudo. Mesmo confinados, fora de seu território originário, os índios fazem incursões pela mata para manter e ensinar a cultura para as crianças. Plantam, criam três espécies de abelhas nativas para fazer remédio com mel, revitalizam nascentes e buscam material para o artesanato. “A gente se fortalece ouvindo os mais velhos e fazendo a ocupação do território”, traduz Thiago Henrique Karai Djekupe, jovem liderança na luta pela terra.

A revolta guarani recrudesciu em 21 de agosto de 2017, quando o ministro da Justiça, Torquato Jardim, assinou a Portaria 683, revogando medida anterior, a Portaria 581/2015, assinada pelo então ministro José Eduardo Cardozo, que reconhecia como legítima a reserva indígena do Pico do Jaraguá e previa a demarcação de 512 hectares. Desse modo, o



David Karai Popygua, presidente do Conselho Estadual dos Povos Indígenas

governo Temer reduziu a reserva ao mero 1,7 hectare de antes, “a menor área demarcada do país”, como destacou, à época, nota de repúdio assinada pelo Instituto Socioambiental (ISA) e outras 28 organizações indígenas e indigenistas.

“Inicialmente Cardozo falava que não iria assinar a portaria para proteger a comunidade, para evitar que o Governo do Estado entrasse na Justiça”, diz Thiago. As lideranças insistiram sobre seu direito de lutar pela demarcação. Em audiência disseram ao ministro: “Assine que a luta é nossa. Nós vamos lutar no Judiciário, não cabe a você proteger o território”. O ministro assinou, mas a ampliação da reserva não vingou. Os guaranis jamais conseguiram ocupar os 512 hectares.

Como previra Cardozo, o governo estadual contestou na Justiça a expansão da reserva, com o pretexto de que ela invadia terras do Parque Estadual do Jaraguá. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu a demarcação até que o caso seja jul-

gado. O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a suspensão. A portaria de Torquato Jardim anulou o processo e atendeu à demanda do então governador Geraldo Alckmin (PSDB).

Para anunciar sua indignação frente à Portaria 683/2017, já no dia 30 de agosto (pouco mais de uma semana depois) índios do Jaraguá e litoral interromperam o trânsito da avenida Paulista e ocuparam o escritório regional da Presidência da República. “A gente tem que se unir mais, mostrar nossa cara. Mostrar que nós existimos no Estado de São Paulo. Para muita gente, dá impressão de que São Paulo não tem índio, mas estamos aqui”, proclama o cacique Awá, da Aldeia Renascer, onde vivem guaranis e tupi-guaranis, no litoral norte. As decisões do governo vão além de afetar pontualmente algumas comunidades, explica. “É um problema de todas as nações indígenas. Se perdermos o Jaraguá, vai abrir uma brecha para perdermos outras terras indígenas. Vai abrir brecha para nos exterminarem”.



Guaranis enfrentam dificuldades no minúsculo território que lhes foi imposto por Temer

Ao revogar a demarcação de 500 hectares para a TI Jaraguá, Temer atendeu aos interesses do governo estadual de “viabilizar seu projeto de concessões de Parques Estaduais para exploração da iniciativa privada”, segundo nota assinada por 29 entidades

Em dezembro de 2017 a Justiça Federal em São Paulo atendeu a um pedido do Ministério Público Federal e suspendeu a Portaria 683/2017, em caráter liminar, revogando a decisão do governo de reduzir a área da TI. Para o MPF, houve desrespeito à ordem jurídica, ao anular decisão

anterior sem prévia consulta aos índios. “Houve aparente violação ao processo legal. O povo guarani, beneficiário do ato anulado, bem como a Funai [Fundação Nacional do Índio] e a AGU [Advocacia Geral da União], sequer foram ouvidos”, diz trecho da liminar.

“O governo de São Paulo tem a lei de concessão, de privatização das Unidades de Conservação (UC). Hoje só restam 8% da Mata Atlântica no país. O governo paulista pôs tudo à venda para a iniciativa privada por 30 anos, com aprovação da Assembleia Legislativa: 25 áreas de conservação, cinco delas sobrepostas a terras indígenas, como o Jaraguá”. Quem fala é David Karai Popygua, presidente do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, líder da comissão de luta pela terra e professor de Cultura Étnica, referindo-se à lei 16.260/2016. “O projeto de exploração do governo fala em exploração de madeira, subsolo, recursos naturais, com exploração por 30 anos das terras indígenas. Pois o que estava por trás de tudo é a exploração do território”.



Pico do Jaraguá visto a partir da aldeia



Na escola da comunidade, jovens fazem fila para o almoço

Sentado em um tronco, à sombra de uma frondosa árvore, David prossegue: “Particpei da Conferência Mundial do Clima, COP 23. O Brasil e inúmeros países se comprometeram a diminuir emissões de CO₂, frear desmatamento, reflorestar e proteger o meio ambiente. Mas no Brasil os verdadeiros protetores da terra — os povos indígenas — estão sendo massacrados”. A COP 23 foi realizada em novembro de 2017 na Alemanha. “Na conferência foi mais uma vez comprovado: cientistas do mundo todo dizem que os territórios indígenas são os mais protegidos, comparando, inclusive, com unidades de proteção integral. São as melhores terras, as mais preservadas”.

O líder guarani insiste que cabe ao Estado reconhecer o direito constitucional do povo indígena de viver no seu território. O discurso de autoridades dizendo que os índios desmatam e acabam com a natureza não tem fundamento na realidade: “O objetivo mascarado é dar concessão para a iniciativa pri-

vada explorar as ricas unidades de conservação”. Natureza e Unidades Protegidas (UP) teriam virado moeda de barganha política. Áreas seriam negociadas em troca de apoio político em campanhas eleitorais: “Na Secretaria do Meio Ambiente eles negociam quantas Unidades de Conservação vão ficar com determinada empresa, quantas ficam para outra, e assim vai. Nosso território está sendo negociado como moeda de troca, é preciso denunciar. O Ministério Público precisa investigar”.

Ao comentar o parecer 001/2017 da AGU, que “atende exatamente às reivindicações de setores do agronegócio aos quais Temer precisa agradecer para seguir seu mandato ilegítimo”, a nota emitida pelo ISA e entidades congêneres coincide com as denúncias feitas por David: “Da mesma forma, o governo Temer atende aos interesses do governo de Geraldo Alckmin em São Paulo, que é contra a demarcação da TI Jaraguá porque quer viabilizar seu projeto de concessões de Parques Estaduais para

exploração da iniciativa privada”.

Alckmin deixou o governo para disputar a Presidência da República, mas o histórico de ações do governador eleito João Dória (também do PSDB), de viés fortemente privatizante, sugere que a política ambiental e fundiária do governo paulista não deverá sofrer qualquer mudança digna de nota.

“Não negociamos terra. Terra é território sagrado p’ra gente. Não negociamos um metro, um centímetro, porque ela é nossa mãe. Mãe ninguém negocia. A demarcação já foi feita, temos nosso território e lutamos por ele”

De acordo com David, o movimento guarani tentava o diálogo com o governo havia anos, sem êxito: “Precisou haver nossa mobilização para que o governo estadual se sentisse nacional e internacionalmente envergonhado por não nos ouvir minimamente. É direito constitucional de qualquer cidadão ser ouvido pelo governo. Isso não aconteceu ao longo dos anos. Quantas foram as reuniões desmarcadas na última hora?”.

Nas declarações do líder indígena transparece a firme determinação de lutar por um direito ancestral: “Não negociamos terra. Terra é território sagrado p’ra gente. Não negociamos um metro, um centímetro, porque ela é nossa mãe. Mãe ninguém negocia. A demarcação já foi feita, temos nosso território e lutamos por ele. Só se o governo nos matar para a gente parar. Vir com Polícia, Exército e matar todos nós, enquanto um de nós viver vamos resistir”.

Bruno de Almeida, da Assessoria Jurídica Yvyrupa, dos guaranis, ressalta que a decisão liminar concedida ao MPF suspendeu os efeitos da Portaria 683/2017 até o trânsito em julgado do processo — que exigirá até 10 anos para sua conclusão, segundo a própria procuradora Suzana Fairbanks. De acordo com Almeida, como os procedimentos administrativos não seguiram os ditames legais processuais, a consequência jurídica direta deveria ser a de conferir nulidade ao ato administrativo. “É o que esperamos que



Ocupação das torres de transmissão, movimento vitorioso

seja sentenciado. Isso sem entrar nas inconstitucionalidades referentes ao mérito, nas motivações propriamente ditas da portaria”.

Em tese de doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), a geógrafa Camila Salles de Faria investigou as contradições entre o conceito capitalista de propriedade privada da terra e a noção guarani de apropriação indígena. Na sua leitura, o conflito fundiário em torno da TI Jaraguá remete a uma questão patrimonial: o Estado “não quer abrir mão” da propriedade dessas terras. O que é altamente questionável, a começar pela forma pela qual elas foram compradas.

“O Estado adquiriu um imóvel sem origem, sendo comprovado que ele foi regularmente destacado do patrimônio público. Ao analisar os documentos, há indícios de que o registro do imóvel origina-se na boa-fé do tabelião do Registro de Notas. Ou seja: que provém do conhecimento das pessoas

e das informações que lhe foram ditas, por pronunciamento verbal. Portanto, o Estado comprou um imóvel ilegítimo, fruto da ação da grilagem de terras. Isto quer dizer que o Estado adquiriu um imóvel que já era terra pública, estadual ou federal”.

A autora expõe o conflito de duas lógicas diferentes de ocupação em São Paulo, entre a lógica capitalista fundamentada na propriedade privada da terra, no processo de mercantilização, lucro e acumulação das riquezas, e a lógica indígena. De acordo com Camila, o choque se apresenta, historicamente, através dos processos de expropriação e “cercamento” dos espaços indígenas, agravados pela raridade do espaço urbano e acrescidos pela continuidade do processo de periferação. “Esse processo é caracterizado pela fragmentação da terra, resultado de sua transformação de rural para urbana, permitindo a sua valorização e a especulação imobiliária”.